

O FUTURO
SE PLANTA 

VAMOS
FALAR SOBRE
AGROECOLOGIA

1. PERCURSO HISTÓRICO

INTRODUÇÃO

Este informe apresenta a agroecologia como um eixo estratégico para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes, situando-a simultaneamente como ciência, prática e movimento social. Estruturado como uma coletânea de três e-books, o documento convida à compreensão da agroecologia não apenas como um conjunto de técnicas agrícolas, mas como um projeto político e civilizatório capaz de enfrentar as crises ambiental, social e alimentar que marcam o século XXI, especialmente no Sul Global.

O primeiro capítulo reconstrói o percurso histórico da agroecologia, desde sua formulação inicial como aplicação da ecologia à agricultura até sua consolidação como alternativa crítica ao modelo agroindustrial da Revolução Verde. Demonstra-se que, embora esse modelo tenha ampliado a produção de alimentos, ele aprofundou desigualdades estruturais, promoveu concentração fundiária, degradação ambiental, perda de biodiversidade e dependência tecnológica. Nesse contexto, a agroecologia emerge, a partir das décadas de 1980 e 1990, como resposta articulada por pesquisadores, movimentos sociais e comunidades camponesas, integrando saberes científicos e tradicionais.

A agroecologia é apresentada como uma abordagem transdisciplinar que valoriza processos ecológicos, a diversidade produtiva, a autonomia dos agricultores e a justiça social. Enquanto prática, promove sistemas agrícolas resilientes e adaptados aos territórios; enquanto movimento social, articula lutas por soberania alimentar, direitos à terra, valorização dos saberes ancestrais e igualdade de gênero, com destaque para sua estreita relação com o feminismo popular e o protagonismo das mulheres camponesas.

O segundo capítulo analisa a trajetória da agroecologia na arena internacional, evidenciando o papel central dos movimentos sociais transnacionais — como a Via Campesina — na sua difusão global. A partir da crise alimentar de 2007–2008, a agroecologia passa a ganhar

reconhecimento institucional em organismos multilaterais como a FAO, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a UNCCD e o IPCC, sendo progressivamente incorporada em declarações, planos de ação e marcos normativos internacionais.

Apesar desses avanços, o informe destaca as tensões e limites do processo de institucionalização da agroecologia, frequentemente reduzida a uma solução técnica ou ambiental, dissociada de suas dimensões políticas, sociais e culturais. Essa “despolitização” compromete seu potencial transformador e favorece a reprodução das desigualdades históricas dos sistemas alimentares, marcados pela colonialidade, pela concentração corporativa e pela financeirização da terra e dos alimentos.

Essa publicação também apresenta experiências agroecológicas em diferentes regiões do mundo — como Índia, Brasil, Cuba, França, México e Sudeste Asiático — demonstrando que a agroecologia é um processo territorializado, diverso e construído coletivamente, capaz de articular produção de alimentos, regeneração ambiental, fortalecimento comunitário e incidência política.

Em síntese, defendemos que a agroecologia deve ser reposicionada como um projeto político enraizado na justiça social, na democratização do acesso à terra, aos recursos e ao conhecimento, e na valorização dos povos e comunidades que historicamente sustentam a produção de alimentos. Reconhecê-la apenas como técnica é insuficiente; é preciso afirmar sua dimensão transformadora para que possa cumprir seu papel na transição para sistemas alimentares verdadeiramente sustentáveis e equitativos.

Este informe é um convite para conhecer a agroecologia e seu potencial para fortalecer um Brasil justo e sustentável.

1. O QUE É AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, PRÁTICA E MOVIMENTO

1.1. BREVE HISTÓRICO

O ano de 1928 marcou o início da história da agroecologia como conhecimento sistematizado. Isso não significa que princípios agroecológicos não existiam anteriormente. Mas, a primeira publicação sobre o tema foi um livro escrito naquele ano por Basil Bensin, agrônomo russo.¹ O pesquisador sugeriu o termo “agroecologia” para descrever o uso de métodos ecológicos em culturas para fins comerciais. A agroecologia foi, portanto, preliminarmente definida como a aplicação da ecologia na agricultura. Isso significava, na época, pensar a produção de alimentos de forma integrada aos ciclos da natureza. Com base nesse pressuposto, a produção agroecológica significava a integração da produção com os processos que ocorrem naturalmente nos ecossistemas (como a ciclagem de nutrientes, o controle natural de pragas e a diversidade biológica)². Predominava, assim, uma compreensão da agroecologia como uma técnica, bastante informada pelos estudos científicos.

No princípio, o debate sobre agroecologia ganhou pouca tração, e se limitou à pesquisadores especializados nos campos da agronomia e biologia, principalmente nos países do Norte Global (notadamente na Alemanha e nos Estados Unidos). Mas, nas décadas de 1950 e 1960, esse cenário foi revertido. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e os processos de descolonização no Sul Global nesse período, irrompeu a chamada “Revolução Verde”, que instituiu um conjunto de tecnologias agrícolas industriais, como sementes híbridas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, em sistemas de monoculturas em larga escala³. Esse modelo produtivo foi financiado por grandes fundações privadas americanas, como a Rockefeller e a Ford, e disseminado na América Latina, África e Ásia com a promessa de que ele acabaria com a fome no mundo⁴.



“FORAM DESENVOLVIDAS VARIEDADES VEGETAIS DE ALTA PRODUTIVIDADE, QUE DEPENDIAM, ENTRETANTO, DA ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE PRÁTICAS E INSUMOS CONHECIDO COMO “PACOTE TECNOLÓGICO” DA REVOLUÇÃO VERDE (INSUMOS QUÍMICOS, AGROTÓXICOS, IRRIGAÇÃO, MÁQUINAS AGRÍCOLAS ETC.). FOI CRIADA TAMBÉM UMA ESTRUTURA DE CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO E, PARALELAMENTE, UMA ESTRUTURA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO RURAL ASSOCIADAS A ESSE MODELO AGRÍCOLA. COM O APOIO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, A REVOLUÇÃO VERDE EXPANDIU-SE RAPIDAMENTE PELO MUNDO, PROMOVENDO UMA INTENSA PADRONIZAÇÃO DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E ARTIFICIALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL”.

[Juliana Santilli, 2009]

Embora a produção global de alimentos tenha aumentado significativamente com a Revolução Verde, esse crescimento foi sustentado por um modelo agrícola baseado em um número restrito de culturas comerciais (as chamadas commodities), e concentrado nas mãos de uma minoria de grandes produtores. O resultado foi que, enquanto os índices de produtividade disparavam, a fome mundial também crescia.⁵

A Revolução Verde, portanto, não apenas falhou em erradicar a fome, mas aprofundou as desigualdades estruturais, especialmente nos países do Sul Global. A modernização da agricultura, com a introdução de tecnologias intensivas, insumos químicos e sementes híbridas, promoveu um processo acelerado de concentração fundiária e dependência tecnológica, beneficiando principalmente grandes propriedades e monoculturas voltadas à exportação. Como consequência, observou-se a marginalização econômica de pequenos agricultores, a perda da autossuficiência alimentar e um êxodo rural em larga escala, impulsionando fluxos migratórios para as cidades e dificultando o acesso à terra.⁶ Paralelamente, a homogeneização das lavouras resultou na erosão da diversidade agrícola, na degradação ambiental e na perda de conhecimentos tradicionais de cultivo, fragilizando ainda mais as bases ecológicas e sociais da produção de alimentos.

Como resposta, a partir dos 1980, a agroecologia passou a ganhar força e a se consolidar como uma alternativa política ao modelo agrícola impulsionado pela Revolução Verde. Nesse período, pesquisadores, movimentos camponeses e organizações da sociedade civil começaram a questionar os efeitos sociais, econômicos e ambientais do modelo da Revolução Verde, denunciando a degradação do solo, a contaminação por agrotóxicos, a perda da biodiversidade e o aumento da dependência dos agricultores em relação a grandes corporações e insumos externos⁷.

No mesmo período, nas agendas internacionais, as principais instituições também incorporaram o conceito de desenvolvimento sustentável, especialmente a partir da crescente preocupação com os limites ambientais do crescimento econômico. O termo ganhou destaque com a publicação do Relatório

Brundtland, em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que definiu desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades”. Essa mudança de paradigma em escala global marcou a entrada definitiva das questões ambientais na agenda internacional do desenvolvimento, influenciando políticas públicas, acordos multilaterais e o próprio discurso de instituições financeiras e agências de cooperação sobre os sistemas alimentares.

Ainda que os esforços da cooperação internacional estivessem concentrados na promoção ao modelo de agricultura da Revolução Verde, as agendas internacionais passaram a falar na necessidade da promoção de sistemas alimentares sustentáveis, especialmente nos países em desenvolvimento. Desse modo, mesmo que a agroecologia permanecesse à margem dos debates internacionais — concentrando-se, nesse período, sobretudo em estudos científicos e nas práticas de movimentos sociais camponeses —, o avanço das discussões sobre desenvolvimento sustentável e o nexa com sistemas alimentares levou as instituições internacionais a incorporarem dimensões políticas, econômicas relacionadas à agricultura nos países em desenvolvimento.

Essa mudança de perspectiva — que passou a incluir aspectos socioeconômicos, para além da dimensão estritamente ambiental — abriu espaço para uma interlocução mais direta com os movimentos sociais camponeses que vinham colocando a agroecologia em prática e em movimento. É na década de 1990, com o avanço do debate sobre desenvolvimento sustentável e sistemas alimentares que a agroecologia se institucionalizou nas agendas nacionais e internacionais, incorporando uma reflexão sobre as relações entre as pessoas que cultivam os alimentos e as pessoas que os comem, no sentido de buscar respostas e soluções para os impactos negativos intermediários entre todos os elos das cadeias produtivas que sustentam o sistema alimentar global.

1.2. AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, PRÁTICA E MOVIMENTO

A agroecologia tem um conceito dinâmico, que encontra significado enquanto **ciência** que estuda e tenta explicar o funcionamento dos agroecossistemas, preocupando-se principalmente com mecanismos, funções, relações e projetos biológicos, biofísicos, ecológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos; como **um conjunto de práticas** que permitem uma agricultura mais sustentável, sem o uso de agrotóxicos; e como **um movimento** que busca tornar a agricultura mais ecologicamente sustentável e socialmente justa.⁸

Entende-se a agroecologia como uma ciência de caráter transdisciplinar, que articula distintos campos do saber — como a agronomia, a ecologia, a sociologia e a economia⁹ — na busca de respostas a problemas concretos da realidade. Para isso, atua de maneira colaborativa com diversos atores sociais, reconhecendo saberes locais e valores culturais, por meio de processos reflexivos e interativos que estimulam o aprendizado mútuo entre pesquisadores e profissionais, além de favorecer a circulação horizontal do conhecimento entre agricultores e demais atores ao longo da cadeia alimentar.¹⁰

No início, a ciência voltava-se para a compreensão de práticas agrícolas realizadas no campo com baixo uso de insumos externos e elevada agrobiodiversidade, priorizando a reciclagem de recursos e a preservação da saúde do solo e dos animais, além do manejo das interações entre os diferentes componentes do sistema e da diversificação econômica. Com o passar do tempo, esse enfoque foi ampliado para abarcar processos em escala de paisagem, incorporando a ecologia da paisagem e, mais recentemente, as ciências sociais e a ecologia política, especialmente no que se refere à construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.¹¹

Já como prática, a agroecologia aproveita, mantém e melhora os processos biológicos e ecológicos na produção agrícola, a fim de reduzir o uso de insumos

adquiridos, incluindo combustíveis fósseis e agroquímicos, e cria agroecossistemas mais diversificados, resilientes e produtivos.

Se por um lado é fácil identificar um sistema agropecuário convencional, pois suas características são bem definidas — plantio marcado pela monocultura, uso de semente geneticamente modificadas em laboratórios, adubação química, uso de agrotóxicos para controle de pragas e mecanização de todas as operações agrícolas —, por outro lado, quando se busca definir um sistema agroecológico a fórmula perde nitidez. Isso porque não existe um conjunto definitivo de práticas que possam ser rotuladas como agroecológicas, nem limites claros e consensuais entre o que é agroecológico e o que não é.

Alguns consideram que a agricultura orgânica é um sinônimo de agroecologia. Entretanto, a definição de agricultura orgânica, inclusive inscrita em lei brasileira¹², não indica como o sistema deve funcionar, mas que tipo de produto deve ser a resultante. O produto orgânico se define pelo que ele não pode empregar para ser obtido — produtos químicos, engenharia genética. Já os produtos agroecológicos são necessariamente orgânicos, mas o modo de produzi-los pode ser muito diferente.

Mas é verdade que as práticas agroecológicas têm relação diretamente proporcional à medida em que os princípios agroecológicos são aplicados localmente. Em termos práticos, essa classificação está relacionada ao quanto tais práticas: (i) se apoiam em processos ecológicos, em vez do uso de insumos externos; (ii) promovem equidade, responsabilidade ambiental, adaptação às condições locais e controle comunitário; e (iii) adotam uma perspectiva sistêmica, voltada ao manejo das interações entre os diferentes elementos do sistema, ao invés de privilegiar tecnologias isoladas.¹³

A agroecologia, além de ciência e prática agrícola, é um movimento social contra-hegemônico que promove a transição para sistemas alimentares justos e sustentáveis, que surge após a crise agrária da Revolução Verde. Ela une agricultores familiares, camponeses, extrativistas, comunidades tradicionais e indígenas, além de consumidores contra a agricultura industrial, valorizando saberes tradicionais, autonomia produtiva, segurança alimentar, feminismo popular e a preservação ambiental. A agroecologia compõe a pauta dos movimentos sociais no seu antagonismo ao agronegócio, ou seja, da dimensão política da Agroecologia.¹⁴

PRINCIPAIS ASPECTOS DA AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTO SOCIAL

Resistência coletiva: O movimento agroecológico surge como uma resposta ao modelo de agronegócio, opondo-se ao uso de agrotóxicos e transgênicos, buscando formas de produção que não dependam de insumos externos. Há um posicionamento da agroecologia enquanto luta política, exigindo que as pessoas desafiem e transformem as estruturas de poder na sociedade.

Autonomia dos saberes ancestrais e dos agricultores: Diferente da agricultura convencional que coloca o produtor como dependente de técnicos e indústrias, a agroecologia empodera o camponês, tratando-o como um pesquisador que utiliza e resgata saberes tradicionais. Há a valorização da cultura camponesa, as sementes crioulas e os rituais comunitários, entendendo-os como parte da resistência territorial. Há aqui uma forte conexão entre a agroecologia, o direito à alimentação e a soberania alimentar.

Feminismo Popular: É muito estreita a relação entre a agroecologia e o feminismo popular, uma vez que ambos surgem como resposta ao sistema hegemônico. Além disso, se conectam profundamente no campo, onde o feminismo impulsiona a agroecologia ao centralizar o cuidado, a valorização do trabalho da mulher camponesa (guardiãs de sementes, quintais produtivos) e a luta contra desigualdades de gênero, promovendo autonomia e justiça social, não apenas produção sustentável, mas um modelo de vida que respeita a Terra e as pessoas, com foco em relações igualitárias e transformação social e ambiental.

Em resumo, a agroecologia pode ser compreendida simultaneamente como ciência, prática e movimento social. Enquanto ciência, oferece bases teóricas e metodológicas para compreender e manejar os ecossistemas agrícolas de forma sustentável; enquanto prática, traduz conhecimentos tradicionais em formas concretas de cultivo e organização produtiva; e, enquanto movimento social, vai além da ciência e das práticas tradicionais, ao propor uma transformação profunda das relações entre pessoas, natureza e economia¹⁵. Nesse sentido, os movimentos camponeses têm destacado o potencial emancipatório e político da agroecologia, que não apenas questiona as estruturas de poder que sustentam a agricultura industrial, mas

também propõe um modelo alternativo de sociedade, baseado na justiça social, na relação justa com os ecossistemas, na soberania alimentar e na valorização dos saberes locais. As dimensões da ciência, prática e movimento devem ser indissociáveis, pois, se fortalecem mutuamente. A agroecologia, portanto, não é apenas técnica, mas uma ação social coletiva para a transformação da realidade rural, social e econômica.

2.

A AGROECOLOGIA EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL: MOVIMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

2.1. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DIFUSÃO INTERNACIONAL DA AGROECOLOGIA

O reconhecimento da agroecologia como uma solução promissora para o meio ambiente e a resiliência dos sistemas alimentares foi decorrência da crescente aplicação de práticas agroecológicas a nível transnacional por movimentos sociais.

A partir da década de 1980, graças ao esforço de movimentos sociais e comunidades tradicionais, a agroecologia passou a ser adotada e promovida não apenas como um conjunto de técnicas sustentáveis de cultivo, mas como uma proposta política de ruptura com os modelos

produtivistas e com a lógica do agronegócio globalizado que vingou no pós-Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da Via Campesina, movimento social transnacional que emergiu em resposta ao avanço do neoliberalismo e à intensificação da financeirização e mercantilização da agricultura. Criada em 1993, a Via Campesina é atualmente o maior movimento social transnacional do mundo. Hoje, reúne 180 organizações locais e nacionais em 81 países, em todos os continentes. No total, representa cerca de 200 milhões de famílias do campo¹⁶.

A VIA CAMPESINA

Em 1992, dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua, no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (Unión Nacional de Agricultores y Granaderos - UNAG) e propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetivada em 1993, com a realização da Primeira Conferência em Mons, na Bélgica, e com a definição das linhas políticas e da estrutura¹⁷.

A Via Campesina atua para fortalecer a soberania alimentar e comércio em pequena escala; reforma agrária; paridade de gênero; direitos humanos; agricultura camponesa sustentável; biodiversidade e recursos genéticos; e direitos de migrantes e trabalhadores rurais.

O movimento é considerado hoje em dia um dos principais atores dos debates acerca da alimentação e das questões agrárias e agrícolas. É ouvida por instituições como a FAO e pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, além de ter grande reconhecimento entre os movimentos sociais a nível global.

No Brasil, fazem parte da Via Campesina o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra), FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), IEEP (Instituto Equipe de Educadores Populares), MST e Escola Latino-Americana de Agroecologia.

2.2. POLÍTICA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA AGENDA GLOBAL

Na agenda de organizações internacionais, fóruns multilaterais e doadores, a agroecologia ganhou fôlego apenas nos anos 2010, quando passou a ser reconhecida como um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável. Um marco decisivo foi a crise alimentar global de 2007-2008, que expôs de forma dramática as fragilidades e contradições do sistema agroalimentar industrializado. A combinação de alta volatilidade nos preços, especulação financeira sobre commodities agrícolas, mudanças climáticas e degradação ambiental colocou em xeque a segurança alimentar de milhões de pessoas e ampliou as pressões para repensar as bases da agricultura mundial.

Nesse contexto, ganhou relevo o estudo elaborado pelo IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development), uma iniciativa multilateral promovida pelo Banco Mundial e pela FAO, cujas conclusões foram apresentadas em 2009. Fruto de quatro anos de trabalho envolvendo mais de 400 especialistas de todo o mundo, o IAASTD ofereceu um diagnóstico contundente: o sistema agroalimentar global dominante é insustentável em múltiplas dimensões — ambiental, social e econômica. O relatório confirmou, com base em uma ampla revisão de evidências acumuladas por dezenas de organizações nacionais e multilaterais ao longo de duas décadas, que o modelo de agricultura intensiva em insumos químicos, voltado para exportação e baseado em monoculturas contribui significativamente para a perda de biodiversidade, a erosão dos solos, a contaminação das águas, as emissões de gases de efeito estufa e o aumento da desigualdade rural.

Na esteira do estudo publicado pelo IAASTD, o ano de 2014 foi um marco para a consolidação da agroecologia na agenda multilateral dos principais organismos internacionais. Naquele ano, a FAO organizou o I Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição, que teve como objetivo promover o intercâmbio de experiências entre diferentes países, além de discutir o papel da

agroecologia na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes. A partir desse evento, a FAO ampliou seu engajamento com movimentos sociais em diferentes regiões do mundo, incluindo organizações camponesas, indígenas e da sociedade civil. Essa aproximação levou à difusão internacional de práticas e políticas agroecológicas e contribuiu para consolidar uma base comum para sua promoção global.

A AGÊNCIA DA ONU PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

A FAO é a Agência Especializada da ONU para Alimentação e Agricultura, e foi criada em 1945, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura, no Canadá.

A Conferência que marcou sua fundação tinha por objetivo reunir países para enfrentar os desafios alimentares e agrícolas do mundo pós-Segunda Guerra Mundial e no contexto da Revolução Verde. Os objetivos iniciais da FAO incluíam a erradicação da fome e da desnutrição, a promoção do desenvolvimento agrícola e rural e a melhoria das condições de vida das populações rurais.

A organização foi projetada para fornecer assistência técnica agrícolas e alimentar, e ajudar a coordenar políticas alimentares e agrícolas em nível global. Atualmente, os principais objetivos da FAO são a erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição; a eliminação da pobreza e a promoção do progresso econômico e social para todos e a gestão e utilização sustentáveis dos recursos naturais, incluindo terra, água, ar, clima e recursos genéticos para o benefício das gerações presentes e futuras.

Também naquele ano, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU, durante sua 12ª Conferência das Partes (COP 12), fez a primeira menção oficial à agroecologia em um instrumento internacional, reconhecendo seu papel na conservação e uso sustentável da biodiversidade. Segundo a declaração oficial da Conferência, o documento “convida as partes a aumentar a conscientização sobre as melhores práticas sustentáveis, incluindo abordagens agroecológicas com impactos positivos na conservação da biodiversidade, a fim de lidar com as pressões sobre a biodiversidade”. Esse é o primeiro registro oficial sobre o tema no âmbito das COPs.

DIVERSIDADE BIOLÓGICA E A CDB

Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas¹⁸.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e é o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema¹⁹.

Esse reconhecimento se aprofundou em 2016, na COP 13, quando a agroecologia foi destacada no contexto da valorização dos conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades locais. Conforme o documento oficial da Conferência:

[Incentivamos] as partes a reconhecerem a importância do conhecimento tradicional dos povos indígenas e das comunidades locais para a sustentabilidade da agricultura, que está alinhada com sua visão de mundo (cosmovisão) e [defendemos] a diversificação, a rotação ecológica e a agrossilvicultura, a promoção da agricultura comunitária e familiar, juntamente com a agroecologia, com vistas a promover a produção sustentável e melhorar a nutrição (tradução nossa)²⁰.

Vale chamar atenção aqui para o fato de que, com essa declaração, o documento reconhece o papel central desempenhado por povos indígenas e de comunidades locais para o fortalecimento da agroecologia. Esse reconhecimento representa um avanço importante na medida em que se distancia, ao menos em parte, com a lógica dominante nas políticas agrícolas internacionais, que historicamente priorizaram o conhecimento técnico-científico ocidental e práticas de larga escala voltadas ao mercado, em detrimento de saberes tradicionais.

Em 2018 a FAO organizou o Segundo Simpósio Internacional sobre Agroecologia: Ampliando a Agroecologia para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e passar do diálogo à ação. O simpósio reuniu mais de 760 participantes e catalisou o diálogo interdisciplinar e a colaboração entre uma ampla variedade de atores. Os resultados do Simpósio incluíram o lançamento da Iniciativa de Ampliação da Agroecologia, bem como a apresentação da estrutura conceitual dos 10 elementos da agroecologia, com o objetivo de orientar políticas públicas e estratégias institucionais de apoio à transição agroecológica para transformar os sistemas alimentares (FAO, 2018)^{21 22 23}.

Desde então, esse conjunto de elementos tem servido como referência para diversos estudos e iniciativas internacionais voltadas ao financiamento da agroecologia. Inclusive, foi com base nos 10 elementos que a FAO desenvolveu uma metodologia de avaliação para implementação de práticas agroecológicas.



Diversidade



Criação conjunta e intercâmbio de conhecimentos



Sinergias



Eficiência



Reciclagem



Resiliência



Valores humanos e sociais



Cultura e tradições alimentares



Governança responsável



Economia circular e solidária

Outro marco importante naquele ano foi a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Agricultores e Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais (UNDROP)²⁴, que reconheceu a agroecologia como parte das obrigações dos Estados no apoio à transição para modelos sustentáveis de produção agrícola (Art. 16.4), conservação da terra e dos ecossistemas (Art. 17.7), bem como na valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais (Art. 20.2). A Declaração foi resultado de 17 anos de negociações lideradas pela Via Campesina e seus aliados, e está entre os instrumentos internacionais essenciais que defendem os direitos dos pequenos produtores de alimentos²⁵.

A UNDROP (DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS AGRICULTORES E OUTRAS PESSOAS TRABALHADORAS EM ÁREAS RURAIS)

É um documento que reconhece e protege os direitos dos agricultores, incluindo o direito à terra, à água, às sementes, à liberdade de associação e expressão, e à igualdade e não discriminação (ONU, 2018).

Mais tarde, em 2019, o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE), do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS), no âmbito da FAO, publicou um relatório que sistematizou 13 princípios da agroecologia. Esses princípios incorporaram os 10 elementos propostos anteriormente pela FAO, mas ampliaram sua abordagem para incluir as dimensões sociais, econômicas e de transformação dos sistemas alimentares²⁶.

OS 13 PRINCÍPIOS E 10 ELEMENTOS DA AGROECOLOGIA



Fonte: Agroecology Coalition, 2024.

Em 2019, a ONU lançou o Plano de Ação Global da Década da Agricultura Familiar (2019–2028), com o objetivo de acelerar ações integradas e coerentes de apoio aos agricultores familiares. O documento reafirmou internacionalmente o papel central da agroecologia como caminho estratégico para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes²⁷.

Ainda em 2019, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) mencionou a agroecologia em duas decisões (20 e 23) durante sua 14ª Conferência das Partes (COP 14), realizada em Nova Délhi²⁸. A avaliação das partes negociadoras, manifestada no texto final da Conferência, era a necessidade de se realizar uma transição dos sistemas alimentares, afastando-se da agricultura industrializada, como parte das soluções baseadas na natureza que abordem simultaneamente os desafios ambientais e sociais. O texto fala ainda na importância de sistemas econômicos circulares, como parte da mudança de paradigma produtivo. Ainda que de maneira tímida, esse documento evidencia que avançar iniciativas agroecológicas não diz respeito apenas à uma mudança na forma de produzir alimentos, mas também à uma mudança

de paradigmas sociais e econômicos que orientem e formem as bases dessa transição alimentar²⁹.

A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), em seu Relatório de Avaliação Global de 2019, também incluiu a agroecologia entre as práticas agrícolas sustentáveis, reforçando seu papel na conservação da biodiversidade.

No campo da biodiversidade, o reconhecimento mais robusto até o momento veio com o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, adotado em 2022 no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O texto identifica a agroecologia como uma abordagem inovadora e amiga da biodiversidade, com contribuição significativa para a resiliência, produtividade e sustentabilidade dos sistemas de produção. O documento associa diretamente a agroecologia à segurança alimentar, à conservação da biodiversidade e à manutenção dos serviços ecossistêmicos — reconhecimento expresso no Objetivo 10 do Quadro Global, considerado um dos mais claros entre todas as decisões das Convenções do Rio.

Em 2022, o Global Land Outlook (GLO) da UNCCD destacou os impactos negativos dos sistemas alimentares atuais sobre a degradação dos solos e apresentou a agroecologia como uma alternativa promissora para transformar a agricultura de causa de degradação a agente de restauração dos ecossistemas terrestres. Segundo o documento, agroecologia é “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis, por vezes referida como a ciência da agricultura sustentável.”³⁰ Embora o reconhecimento da agroecologia no texto represente um avanço em termos de visibilidade institucional, ele também evidencia as disputas em torno de sua definição, em que os aspectos técnicos de gestão ecológica são o destaque para adoção de práticas agroecológicas³¹.

No regime internacional que lida com as mudanças climáticas, os sistemas alimentares globais tardaram a aparecer nos textos e pareceres de especialistas. Foi apenas em 2022 que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) passou a reconhecer explicitamente o valor da agroecologia. Embora a Convenção do Clima das Nações Unidas (UNFCCC) ainda não mencione a agroecologia em textos oficiais de decisão, nos relatórios do Sexto Ciclo de Avaliação (2022 e 2023) do IPCC, o Painel concluiu com alto grau de confiança que a adoção de princípios e práticas agroecológicas é altamente benéfica para a manutenção de sistemas alimentares saudáveis e produtivos em cenários de mudança climática. O painel destacou, ainda, seu potencial de mitigação e adaptação frente aos impactos climáticos.

LINHA DO TEMPO: OS PRINCIPAIS MARCOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA AGENDA GLOBAL



2007-2008

Crise alimentar global



2009

Relatório IAASTD (Avaliação Internacional do Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento)



2014

I Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição (FAO)



2018

II Simpósio Internacional sobre Agroecologia: “Ampliando a Agroecologia para alcançar os ODS” (FAO)



2018

Declaração da ONU sobre os Direitos dos Agricultores (UNDROP)



2009

Relatório IAASTD



2014

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB/COP 2)



2018

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB/COP 12)



2019

Relatório do Painel de Alto Nível em Segurança Alimentar



2019

Quatro Quadros da ONU



Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (CDB)

2.3. AGROECOLOGIA NAS AGENDAS REGIONAIS

Em mais de 10 anos desde a primeira menção à agroecologia em instrumentos internacionais como as Conferências das Partes, fica claro que o reconhecimento da agroecologia como ferramenta de transformação dos sistemas alimentares, embora tenha ganhando terreno institucional, continua distante de seu potencial transformador. Ainda que as práticas agroecológicas façam parte das soluções identificadas (entre outras) para a transição dos sistemas alimentares, para a conservação da biodiversidade e, mais recentemente, para a mitigação das mudanças climáticas, sua abordagem sistêmica - constituída por dimensões políticas, sociais e culturais - raramente figura nos textos e recomendações internacionais.

O afastamento do caráter político da agroecologia revela uma tendência de sua institucionalização despolitizada. Em vez de ser tratada como uma alternativa capaz de questionar as estruturas de poder que sustentam o atual sistema agroalimentar global, a agroecologia é frequentemente reduzida a um conjunto de boas práticas agrícolas ou a uma ferramenta de gestão sustentável do meio ambiente.

Essa abordagem esvazia o potencial emancipatório do conceito, que, em sua origem, propõe uma transformação profunda das relações sociais e econômicas, que envolve redistribuição de poder, valorização dos saberes locais e reconstrução das relações comunitárias com o território. Ao dissociar a agroecologia de seus fundamentos políticos e sociais, os espaços decisórios da política correm o risco de reproduzir e aprofundar as mesmas desigualdades que historicamente organizam os sistemas agrícolas e alimentares, especialmente nos países do Sul Global. Por isso, mais do que reconhecer a importância da agroecologia como uma solução técnica, é necessário trazer ao centro do debate sua dimensão política, entendendo-a como um projeto de sociedade que busca democratizar o acesso à terra, ao conhecimento e aos recursos, e redefinir os próprios significados de produção e bem-estar.

A nível regional, a institucionalização da agroecologia também avançou na última década. A nível da União Europeia, a agroecologia foi integrada ao European Green Deal, um pacote de incentivo à transição verde, e à estratégia Farm to Fork (parte do Green Deal), que pretende tornar os sistemas alimentares mais justos, saudáveis e verdes. No âmbito do bloco, a agroecologia passou a ser reconhecida não apenas como prática agrícola, mas como modelo de transformação mais amplo dos sistemas alimentares, combinando o avanço da sustentabilidade ambiental, da resiliência climática e de justiça social.

A criação de redes como a Agroecology Europe e da Agroecology Partnership — que reúne dezenas de países e instituições em “laboratórios vivos” (living labs) para experimentação e inovação — evidencia esse processo de institucionalização. Além disso, programas de pesquisa financiados pela Comissão Europeia destinam recursos significativos à promoção da transição agroecológica, fortalecendo a conexão entre ciência, prática e políticas públicas.

Ainda assim, a implementação é desigual entre os países-membros, e a agroecologia enfrenta desafios diante da predominância dos grandes interesses do agronegócio e das estruturas de subsídio da Política Agrícola Comum.

Na América Latina, em dezembro de 2024, o Parlamento Latino-americano e Caribenho (Parlatino) aprovou a Lei Marco de Agroecologia, concebida com o apoio técnico da FAO. A norma oferece diretrizes para que os países da região desenvolvam suas próprias legislações nacionais, alinhando-se ao compromisso global com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³².

Esses marcos evidenciam a consolidação da agroecologia como referência dentro da arquitetura de governança global, em clara articulação entre soberania alimentar e a sustentabilidade ecológica. O processo de reconhecimento da agroecologia como alternativa viável para o desenvolvimento sustentável, antes restrito a movimentos sociais e práticas locais, passa a configurar-se como uma orientação para o futuro das políticas agrícolas e ambientais.

Contudo, apesar do crescente reconhecimento da agroecologia por parte de organismos multilaterais, as abordagens institucionais permanecem limitadas por uma lógica predominantemente técnica e ecológica. A agroecologia, como tem figurado nos instrumentos internacionais, é posicionada como uma solução funcional para os impactos das mudanças climáticas ou para promover a resiliência ecológica, sem incorporar uma leitura crítica sobre as estruturas de poder que historicamente produziram e continuam a reproduzir desigualdades nos sistemas alimentares globais.

2.4. SUPERANDO DESIGUALDADES ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA

Essas estruturas têm raízes profundas no que se pode chamar de colonialidade, um conjunto de lógicas, práticas e hierarquias herdadas do colonialismo moderno, mas que se atualizam em formas contemporâneas de dominação. A colonialidade dos sistemas alimentares se expressa, por exemplo, na concentração fundiária, no forte controle de grandes corporações sobre cadeias produtivas, na imposição de modelos agrícolas industriais sobre territórios do Sul Global, em lógicas racistas de dominação, na eliminação de saberes locais e na marginalização e violência contra povos indígenas, comunidades quilombolas e camponesas.

Os sistemas alimentares atuais seguem atravessados por lógicas extrativistas, que subordinam territórios e comunidades, perpetuando relações de dependência e subalternização. A abordagem institucional arrisca cooptar a agroecologia dentro das mesmas lógicas que sustentam a desigualdade estrutural dos atuais sistemas alimentares, reforçando falsas soluções e ampliando desigualdades.

Hoje, mesmo os organismos como a FAO, que reconhecem a insustentabilidade dos sistemas alimentares vigentes e o potencial transformador da agroecologia, continuam apoiando iniciativas ancoradas nos paradigmas insustentáveis da Revolução Verde. E, apesar do amplo reconhecimento de sua importância, iniciativas agroecológicas seguem sendo implementadas majoritariamente por comunidades e movimentos sociais de base no Sul Global, com pouco suporte técnico, econômico e político para sua expansão.

Esta contradição se explica, em parte, pela enorme influência de corporações transnacionais, que controlam as várias etapas do sistema agroalimentar, desde a produção de químicos, até a distribuição em supermercados. Para se ter uma ideia, grandes corporações controlam aproximadamente dois terços de toda produção industrial de sementes e agrotóxicos do mundo atualmente. Hoje, não se trata mais de um controle corporativo horizontal (em um setor), mas vertical (ao longo de vários elos da cadeia produtiva). Um mesmo grupo pode controlar todas as etapas de produção, direta ou indiretamente.

Além disso, o papel do setor financeiro em todas as etapas das cadeias produtivas também vem em constante crescente. Terra e alimento vêm sendo progressivamente considerados ativos financeiros comercializáveis nos mercados globais.

FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR AGROALIMENTAR

A financeirização do setor agroalimentar refere-se à crescente influência das finanças e dos investidores institucionais — como fundos de investimento, bancos e seguradoras — sobre toda a cadeia produtiva alimentar, desde a produção, passando pela distribuição e chegando ao consumo de alimentos.

Na prática, isso se manifesta na compra massiva de terras agrícolas por fundos financeiros, na especulação com commodities alimentares e na transformação da comida em ativo financeiro. O resultado é o aumento da volatilidade dos preços dos alimentos, a concentração de poder nas mãos de grandes corporações e a marginalização de pequenos produtores.

A financeirização agroalimentar, portanto, não é apenas um fenômeno econômico, mas também político e social, pois redefine o controle dos sistemas alimentares globais e quem se beneficia deles.

Para que a agroecologia cumpra seu potencial transformador na superação de desigualdades, é preciso ir além e reposicioná-la como um projeto político enraizado na justiça social, nos direitos das comunidades e na superação das lógicas de colonialidade e concentração de poder e riquezas que ainda estruturam os sistemas alimentares globais.

2.5. PRÁTICAS: EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS PELO MUNDO

ÍNDIA

Na Índia, o movimento de agricultores tem se mobilizado de forma impressionante para defender alternativas baseadas na agroecologia. Um exemplo emblemático é o movimento de agricultores do estado de Andhra Pradesh, que lançou o programa de “Natural Farming” (ou Zero Budget Natural Farming – ZBNF).

Essa abordagem busca eliminar o uso de fertilizantes e pesticidas químicos, utilizando insumos biológicos produzidos localmente e fortalecendo o conhecimento camponês. A escala da experiência é notável: milhões de agricultores estão sendo envolvidos por meio de programas públicos e movimentos sociais, como parte de uma estratégia para enfrentar dívidas rurais, degradação do solo e insegurança alimentar³³.

BRASIL

No Brasil, a agroecologia tem se consolidado nas últimas duas décadas, com destaque para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que reúne centenas de organizações camponesas, indígenas, quilombolas e de agricultores familiares do país.

Experiências como os assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e comunidades atendidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) incorporam princípios agroecológicos para regenerar solos degradados, produzir alimentos saudáveis e construir circuitos locais e regionais de comercialização.

A agroecologia também tem servido como base para políticas públicas inovadoras, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam compras diretas da agricultura familiar.

CAMBOJA E VIETNÃ

No Sudeste Asiático, agricultores em Camboja e Vietnã têm desenvolvido abordagens agroecológicas para enfrentar a degradação ambiental e os desafios da mudança climática. Experiências comunitárias incluem o manejo integrado de pragas sem uso de agrotóxicos, a recuperação de terras alagáveis para cultivo diversificado e o fortalecimento de redes de comercialização local. Organizações locais e ONGs internacionais apoiam esses processos por meio de capacitação, pesquisa participativa e fortalecimento do poder político das comunidades rurais. Essas iniciativas demonstram como a agroecologia pode funcionar como um princípio organizador para práticas produtivas, ação coletiva e formulação de políticas públicas³⁴.

FRANÇA

Na Europa, a França destaca-se por políticas públicas de incentivo à agroecologia. A Lei de Agricultura de 2014 estabeleceu formalmente a meta de transição agroecológica para toda a agricultura francesa, incentivando rotação de culturas, redução de insumos químicos e sistemas integrados. Movimentos

de agricultores e consumidores, como os AMAPs (Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa), criaram redes de comercialização direta que valorizam a produção local e fortalecem a viabilidade econômica das explorações familiares agroecológicas.

CUBA

Cuba é um dos casos mais estudados de transição agroecológica em larga escala. Após o colapso da União Soviética, o país enfrentou forte escassez de insumos importados e reorganizou sua produção agrícola em torno de práticas agroecológicas, agricultura urbana e sistemas cooperativos. A Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) foi fundamental nesse processo, promovendo metodologias de “camponês a camponês” que permitiram a rápida disseminação de conhecimentos técnicos e organizativos. Como resultado, Cuba consolidou uma das maiores redes de agricultura urbana agroecológica do mundo, servindo de referência para países em desenvolvimento³⁵.

MÉXICO

No México, a agroecologia conecta práticas produtivas tradicionais e estratégias de resistência política. Comunidades indígenas e camponesas resgatam milenares sistemas de policultivo e manejo agroflorestal, como as milpas e os chinampas, adaptando-os aos desafios atuais de mudanças climáticas e mercantilização da terra. Movimentos sociais e organizações camponesas, como o Movimiento Campesino Plan de Ayala Siglo XXI, integram a agroecologia em suas propostas de reforma agrária integral e defesa dos territórios frente a projetos extrativistas.

Essas experiências demonstram que a agroecologia não é uma solução única ou padronizada, mas um processo dinâmico, territorializado e construído coletivamente, que integra saberes tradicionais e inovações técnicas para enfrentar os múltiplos desafios socioambientais do presente. Elas reforçam a compreensão da agroecologia não apenas como técnica agrícola, mas como estratégia de transformação social, econômica e política.

ENDNOTES

- 1 WEZEL, Alexander. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.
- 2 WEZEL, Alexander; SOLDAT, Virginie. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/WEZEL-Historical-analysis-Scientific-Agroecology.pdf>
- 3 SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.
- 4 ZAMBENEDETTI, Lidiane. et al. **Revolução Verde: história e impactos no desenvolvimento agrícola**. Disponível em: [210705219.pdf](#)
- 5 Lappé, F.M., J. Collins and P. Rosset. 1998. **World Hunger: Twelve Myths**, second edition. New York: Grove Press.
- 6 ALTIERI, Miguel. **Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- 7 WEZEL, Alexander; SOLDAT, Virginie. **A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology**. 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/WEZEL-Historical-analysis-Scientific-Agroecology.pdf>
- 8 Wezel, A., S. Bellon, T. Doré, et al. 2009. **Agroecology as a science, a movement, and a practice**. *Agronomy for Sustainable Development*, 29, 4: 503-515.
- 9 Dalgaard, T., Hutchings, N.J. & Porter, J.R. 2003. **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 100(1): 39-51.
- 10 Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. 2019
- 11 Idem
- 12 Lei 10831/2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: [L10831](#)
- 13 idem
- 14 MOURA, Felipe Borba de.; BORGES, Júlio César P. Agroecologia e movimentos sociais e a resistência ao agronegócio. *Revista Territorial, Cidade de Goiás*, v. 11, n. 2, p. 56 - 78, 2022
- 15 Wezel, A., Herren, B.G., Kerr, R.B. et al. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. *Agron. Sustain. Dev.* 40, 40 (2020). <https://doi.org/10.1007/s13593-020-00646-z>
- 16 Via Campesina, 2020. <https://viacampesina.org/wp-content/uploads/2020/04/UNDR0P-Book-of-Illustrations-I-EN-L-Web.pdf>
- 17 FERNANDES, Bernardo Mançano. *Via Campesina*. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-via-campesina>
- 18 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção sobre Diversidade Biológica: Biodiversidade*. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>
- 19 DE ASSIS, Luciene. Conferência sobre diversidade biológica tem início na Coreia. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/noticia-acom-2014-10-525>
- 20 Report of the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity on its thirteenth meeting. 2016. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/c533/6dcd/0b0221d38ffc4fc8e992587b/cop-13-25-en.pdf>

- 21 Agroecology Coalition, 2024. https://agroecology-coalition.org/wp-content/uploads/2024/10/principles_infographic_EN_interactif.pdf
- 22 Barrios, E. *et al.* (2020) 'The 10 Elements of Agroecology: enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives', *Ecosystems and People*, 16(1), pp. 230–247. doi: 10.1080/26395916.2020.1808705.
- 23 FAO. 10 Elements of Agroecology. Disponível em: <https://www.fao.org/agroecology/overview/overview10elements/en/>
- 24 Via Campesina. United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas - Book of Illustrations. 2020. Disponível em: <https://viacampesina.org/wp-content/uploads/2020/04/UNDROP-Book-of-Illustrations-I-EN-I-Web.pdf>
- 25 UN. Human Rights Council (39th sess.: 2018: Geneva). United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas : resolution / adopted by the Human Rights Council on 28 September 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1650694?v=pdf>
- 26 Idem
- 27 FAO, 2019. <https://www.fao.org/family-farming-decade/home/en/>
- 28 United Nations Convention to Combat Desertification. Draft decision submitted by the President of the Conference of the Parties at its fourteenth session. 2019. Disponível em: https://www.unccd.int/sites/default/files/sessions/documents/2019-09/ICCD_COP%2814%29_L.9-1915606E.pdf
- 29 Idem.
- 30 United Nations Convention to Combat Desertification. Global Land Outlook: Land Restoration for Recovery and Resilience. Second Edition. Bonn, 2022. Disponível em: https://www.unccd.int/sites/default/files/2022-04/UNCCD_GLO2_low-res_2.pdf
- 31 Idem
- 32 MEDINA, Marta. Lei Marco de Agroecologia fortalece combate à crise climática na América Latina e Caribe. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/articulacao-nacional-de-agroecologia/2025/03/14/lei-marco-de-agroecologia-fortalece-combate-a-crise-climatica-na-america-latina-e-caribe/>
- 33 SHAH, Amond; SANDWELL, Katie. Lessons from the Indian Farmers' Movement: Emerging solidarities in the Kisan Andolan. 2023. Disponível em: <https://www.tni.org/en/publication/lessons-from-the-indian-farmers-movement>
- 34 KRIPKE, Gawain. Agroecology as an organizing principle. 2014. Disponível em: <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/agroecology-organizing-principle/>
- 35 Idem

O FUTURO
SE PLANTA 


ESCOLA DA
TERRA


OXFAM
Brasil

(11) 3811-0400 | WWW.OXFAM.ORG.BR



/oxfambrasil